

rência agrícola e econômica estejam mostrando, a todo o instante, que existem regiões adequadas ao cultivo do café e regiões onde ele constitui um jogo, como esse feito nas Bolsas pelos especuladores.

Essa caminhada predatória do café, assumindo um ímpeto jamais visto na história de qualquer cultura, absorveu reservas florestais e deixou atrás de si cidades abandonadas, terras desgastadas e erodidas, cujo único aproveitamento possível reside na sua plantação em pastagens pobres. Deparamo-nos, nesse ponto, com outra contradição do café: gerou cidades ricas, criou indústrias, favoreceu indústrias que recebem câmbio especial para máquinas e matérias-primas — porém lançou a miséria em muitas regiões. A imprudência humana desprezou o caráter predatório dos cafezais, deixando de orientar a cafeicultura por uma diretriz em que os resultados negativos fossem nulos e os benefícios fossem equitativamente distribuídos.

Para se dar maior ênfase ao que acabamos de afirmar, tomemos como exemplo o pequeno município de Rezende: essa comuna fluminense já produziu mais café do que todo o Estado do Rio de Janeiro nos dias presentes. Depois vamos ao exemplo paulista: Este Estado, há pouco mais de duas décadas, colhia mais do que o resto do mundo. De Rezende — então, do Estado do Rio, o café desapareceu. Mas parece que em São Paulo encontrou o seu "habitat", de onde teima em não fugir, apesar dos golpes que lhe são desferidos, numa inconsciência sem paralelos, justamente por aqueles a quem mais incumbia a sua preservação.

Meus senhores, já é tempo de se encetar a situação com coragem e objetividade. Não podemos continuar eternamente com pedinços, de chapéu nas mãos, à porta do Ministério da Fazenda ou do Banco do Brasil.

A cafeicultura, conforme disse no início, contém também direitos aos que a exercitam. E esses direitos nos permitem exigir que o governo nos devolva diretamente parte dos ágios arcaicos à economia cafeeira — não em pequenas liberações cambiais, que outro eleito não teria se não o de prolongar a agonia da lavoura —, mas por intermédio do órgão cuja finalidade precípua é a defesa do café. O Instituto Brasileiro do Café, mais do que qualquer outra repartição pública, possui credenciais para devolver à lavoura de café os fabulosos recursos confiscados pelo governo. Não se trata de devolução pura e simples, em cruzeiros, e sim através de um plano de financiamento bastante liberal e tecnicamente programado, de forma a retirar de sob a proteção oficial, pouco a pouco, as lavouras anti-econômicas, e fomentar as plantações racionais.

O atual sistema de crédito ao café é falho sob vários aspectos. Uma das falhas importantes consiste na equiparação, para qualquer financiamento, das lavouras improdutivas às produtivas, não oferecendo o impacto que a renovação cafeeira reclama. Aqui, como no caso do açúcar, o Banco do Brasil — que não atende bem a nenhum setor agrícola — alimenta plantações anti-econômicas, cuja substituição deveria incentivar.

Não podemos ficar inermes: precisamos reagir e ertar o governo a redistribuir os ágios retirados ao café, fazendo com que a sua aplicação na necessária recuperação e renovação cafeeira se faça através do IBC, onde, nós, lavradores, temos representantes e poderemos, mais facilmente, encontrar acústica para as nossas ponderações.

PROMOÇÃO DE VENDAS

Outro aspecto, gostaria ainda de abordar, com a anuência dos prezados amigos que tão bondosamente me ouvem. Refiro-me à política comercial do café. Na realidade, nós não "vendemos" café. O produto nos é comprado. Há aí, aparentemente, um jogo de palavras, mas, na verdade, atribuindo-se a cada vocábulo a sua real significação, ver-se-á que vender pressupõe ação — e nós estamos longe de qualquer dinamismo na comercialização do nosso café.

Para quem visita New York, sendo brasileiro êsse alguém, causa consternação verificar que a Colômbia, além de possuir 4 ou 5 firmas particulares operando diretamente no mercado comprador norte-americano, ainda tem um grande depósito,

mantido pela Cooperativa dos Produtores, onde há, permanentemente, "stocks" de mercadorias para a venda no disponível. É que a preocupação dos nossos amigos colombianos consiste em não dificultar a aquisição de seu café pelos consumidores mais ricos do mundo. E o que vemos em relatório ao Brasil? Nada. Ou melhor, o inverso do que presenciamos quanto à Colômbia. Os compradores estrangeiros precisam vir aos nossos portos, aqui instalando agências para a aquisição da rubiácea e remetê-la para as suas empresas.

Como podem ver os senhores, não se trata de simples jogo de palavras. Não "vendemos" café. Ele nos é comprado.

Evidentemente, precisamos tratar da instalação de agências no exterior para a venda do nosso produto. Para isso, é indispensável que os lavradores se mobilizem, atuem diretamente junto aos poderes públicos, já que êstes parecem não compreender os problemas cafeeiros. Haja vista ao exemplo que nos oferece o projeto de lei, em tramito na Câmara Federal, disposto sobre a elevação de 10 para 25 centavos de dólar por saca de café exportado, a nossa contribuição para o Bureau Pan-Americano de Café. Questão da máxima importância, em tempo resolvida pelos demais países membros do Bureau, continuá-la tramitando pelo nosso Congresso — numa demonstração, inclusive, do pequeno empenho brasileiro em saldar os seus compromissos com nações estrangeiras.

Não há, nos dias presentes, a menor dúvida quanto à importância de que se reveste a propaganda para a venda de qualquer mercadoria. A propaganda altera hábitos arraigados e cria costumes novos. E o café, mais do que qualquer outra mercadoria, carece de propaganda. Estamos na iminência de uma safra de 24 milhões de sacas, e não podemos continuar confiando na natureza para remover as ameaças da superprodução.

Êsse mesmo fantasma de superprodução nos leva a outro raciocínio, isto é, a outra linha do original raciocínio quanto à comercialização do café. Carecemos, a exemplo dos produtores de trigo e de açúcar, de um acôrdo internacional do café. Os países latino-americanos, que respondem por 80% aproximadamente da produção mundial, têm um interesse comum: evitar a guerra de preços. E o Brasil, particularmente, vê o seu interesse avvantajar-se, ante a iminência de superprodução. Precisamos colocar os nossos produtos. Precisamos que as safras sejam vendidas aos estrangeiros e não adquiridas pelo nosso governo. Precisamos que as safras sejam vendidas sem uma guerra de preços, da qual se beneficiariam unicamente os consumidores norte-americanos, que são, na verdade, os únicos e los fortes dos interesses cafeeiros mundiais.

Meus senhores, vamos ponderar ao governo que dê atenção e tome providências no sentido de um acôrdo internacional, de forma que possamos ampliar os atuais mercados consumidores e conquistar novos.

A êsse respeito, gostaria de considerar aqui a minha admiração sincera pelo trabalho desenvolvido pelo jornalista Teófilo de Andrade, dos "Diários Associados". Com raro discernimento, êsse jornalista, que foi o reorganizador do Bureau Pan-Americano do Café, tem focalizado com insistência os maiores problemas cafeeiros nacionais e internacionais. Igualmente, toda a imprensa paulista, principalmente os grandes matutinos "Folha da Manhã", "Diário de S. Paulo" e "O Estado de S. Paulo", são credores da nossa gratidão de brasileiros e cafeicultores, porque, ao invés de apenas dar guarida a notícias ligadas ao café — o que já seria bastante — vão muito além, organizando e defendendo programas de trabalhos de interesse direto e profundo para a agricultura em geral e para a cafeicultura em particular.

Prezados amigos: Não pude deixar de sujeitá-los a esta ligeira exposição, em que coloco o meu ponto de vista a respeito dos vários problemas cafeeiros nacionais. E que considero indispensável transmitir aos estimados ouvintes a minha opinião, uma vez que ela completa e facilita a compreensão do trabalho que desenvolvo em minha fazenda. Não tenho a pretensão de influenciar ninguém, mas alimento a convicção de que a minha experiência poderá, como a de todos os lavradores, conter subsídios valiosos para uma política cafeeira realista.